

Relatório anual da CES do Centro Cirúrgico de Coimbra (2019)

Passado mais de um ano da aplicação efetiva do Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD), a Comissão de Ética para a Saúde decidiu analisar e conhecer as alterações e as metodologias aplicadas pelo Centro Cirúrgico de Coimbra.

A Comissão entende que, a par com a perspetiva jurídica, o RGPD também envolve uma perspetiva ética, fica assim explicado o motivo por que este foi considerado um tema de supra importância e, por isso mesmo, motivo de análise detalhada.

Cientes da problemática da informação em saúde, acrescido do facto de os dados pessoais de saúde terem uma proteção especial, a Comissão de Ética da Saúde do Centro Cirúrgico de Coimbra constatou que os mecanismos necessários a essa mesma proteção já estavam implantados no Centro Cirúrgico de Coimbra. Existia assim uma preocupação acrescida pela singularidade de cada pessoa. Percebemos que sempre existiu uma filosofia de proteção e segurança na metodologia de trabalho do Centro Cirúrgico.

O novo RGPD veio apenas proporcionar essa mesma exigência aos parceiros, entidades, pessoas singulares e empresas que intervêm nesta ação de proporcionar a melhor saúde a todos os que escolhem o Centro Cirúrgico de Coimbra. Em concreto, o Centro Cirúrgico de Coimbra e o gabinete jurídico que contratou, deram início a um processo de realização de subcontratos com todos os parceiros, explanando assim a necessidade de proteção, mas também todas as medidas de segurança necessárias ao cumprimento desse objetivo.

A segurança e proteção do sistema informático do Centro Cirúrgico de Coimbra foi alvo de melhorias, com novos investimentos em equipamento que assegurasse um nível de proteção máximo. Foram seguidas e aplicadas as medidas preconizadas pelo Centro Nacional de Cibersegurança e definidas as políticas seguras de utilização de equipamentos (hardware e software). Efetivamente, a questão da cibersegurança ainda tinha algumas lacunas que urgia colmatar e que foram objeto de empenho durante todo o ano de 2019 e seguintes.

A Comissão ainda tomou conhecimento da nomeação do jurista Mário Mourato, como encarregado da proteção de Dados do Centro Cirúrgico de Coimbra e recolheu alguns objetivos definidos para 2020 como, por exemplo, a eliminação do uso de papel.